

HABEAS CORPUS Nº 566.118 - PB (2020/0063406-1)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : MARCIEL PEREIRA DE PAIVA
ADVOGADO : MARCIEL PEREIRA DE PAIVA - DF028353
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE : ELTON DE FREITAS LIMA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso próprio, **com pedido liminar**, impetrado em favor de ELTON DE FREITAS LIMA contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba**, nos autos do **writ** n. 0800881-52.2020.8.15.0000.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado, em primeira instância, às penas de **8 (oito) anos e 6 (seis) meses de reclusão, em regime inicial fechado, mais o pagamento de 800 (oitocentos) dias-multa**, com incurso nas iras do art. 33, caput, da Lei n. 11.343/2006 (fls. 50-59).

Inconformada, a defesa interpôs **apelação** perante o eg. Tribunal de origem, que, por unanimidade, negou provimento ao recurso, consoante voto condutor do v. acórdão de fls. 31-46.

Opostos aclaratórios, foram rejeitados (fls. 17-25).

Ainda irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o Tribunal de Justiça Paraibano, o qual não foi conhecido.

Daí o presente **writ**, no qual a defesa alega, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal, pois a pena-base foi exasperada pelo simples fato de o paciente se encontrar, à época da sentença, respondendo outros processos criminais.

Afirma que a sentença infringiu orientação sumular 444 do STJ.

Sustenta que “*a pena base fora aplicada acima do mínimo legal, de forma ilegal, já que as circunstâncias e as consequências do crime em*

discussão são próprias do tipo penal, bem como pelo fato à época o paciente ser Réu primário” (fl. 7).

Requer, assim, a concessão da ordem para a pena seja fixada no mínimo legal.

A liminar foi **indeferida** (fls. 89-93).

O Ministério Público Federal, à fl. 104, manifestou-se pelo não conhecimento do **writ**, em parecer assim ementado:

“HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. REDUÇÃO DA PENA- BASE. MATÉRIA NÃO APRECIADA PELA CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. - Pelo não conhecimento.” (fl. 104).

É o relatório.

Decisão.

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Dessarte, passo ao exame das razões veiculadas no **mandamus**.

Conforme relatado, busca-se na presente impetração a fixação da pena no mínimo legal, tendo em vista a existência de falhas na dosimetria da pena, como a utilização de inquéritos e processos em andamento para caracterizar maus antecedentes.

Contudo, observa-se que a referida tese não foi enfrentada pela eg. Corte de origem.

Nesse compasso, considerando que a Corte de origem não se

pronunciou sobre **o referido tema** exposto na presente impetração, este Tribunal Superior fica impedido de se debruçar sobre a matéria, sob pena de incorrer em **indevida supressão de instância**.

Perfilhando esse entendimento, trago os seguintes julgados:

“HABEAS CORPUS. FURTO SIMPLES. DETRAÇÃO (ART. 387, § 2.º, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL). MATÉRIA NÃO SUSCITADA PERANTE A CORTE A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. REINCIDÊNCIA. FATOR DETERMINANTE PARA FIXAÇÃO DO REGIME INICIAL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. A tese relativa à aplicação do instituto da detração não foi suscitada perante o Tribunal a quo, o que impede a sua apreciação diretamente por este Tribunal Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

[...]

4. Habeas corpus não conhecido.” (HC n. 480.651/SP, **Sexta Turma**, Rel.^a Min.^a **Laurita Vaz**, DJe 10/04/2019, grifei).

“PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. INADEQUAÇÃO. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO. SUBSTITUIÇÃO DA PENA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. DOSIMETRIA. PENA-BASE. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. DESCRÉDITO NO SERVIÇO REGISTRÁRIO MAIOR DO QUE A LESÃO INERENTE AO FALSO. REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. MOTIVAÇÃO IDÔNEA PARA A IMPOSIÇÃO DO REGIME SEMIABERTO. SÚMULAS 440 E 269 DO STJ. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...] 2. O capítulo da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito não foi devolvido para o Tribunal a quo, nem por ele apreciado. Como não há decisão de órgão colegiado, é inviável a apreciação do tema por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância e alargamento inconstitucional da hipótese de competência do Superior Tribunal de Justiça para julgamento de habeas corpus, constante no art. 105, I, "c", da Constituição da República, que exige decisão de Tribunal.

Superior Tribunal de Justiça

[...]

7. **Habeas corpus não conhecido.**" (HC n. 339.352/SC, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, DJe 28/08/2017).

Diante de tais considerações, portanto, não se vislumbra a existência de qualquer flagrante ilegalidade passível de ser sanada pela concessão da ordem de ofício.

Ante o exposto, não conheço do **habeas corpus**.

P. e I.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro Felix Fischer

Relator